# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2017

***1. PREÂMBULO:***

**1.1. O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO – CAU/RJ**, através de seu **Pregoeiro**, designado pela Portaria nº 056/2015 e 073/2015 – PRES – CAU/RJ, em conformidade com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto 5.450/2005, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **contratação de MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) especializada na prestação do serviço de remanejamento de cabeamento de rede e elétrica** pertencentes ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro – CAU/RJ, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

***2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:***

* 1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminado:

# DATA DA REALIZAÇÃO: 03/08/2017

**HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [http://www.comprasgovernamentais.gov.br.](http://www.comprasnet.gov.br/)

* 1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

***3. DA JUSTIFICATIVA:***

**3.1.** A contratação de MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) especializada na

prestação do serviço de remanejamento de cabeamento de rede e elétrica visa adequar a distribuição de pontos de rede e elétrica ao novo layout do andar.

***4. DO OBJETO:***

* 1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) especializada na prestação do serviço de remanejamento de cabeamento de rede e elétrica**, conforme especificação constante do Anexo I – Termo de Referência.
	2. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
		1. Anexo I: Termo de Referência;
		2. Apêndice A – Layout 1 (rede)
		3. Apêndice B – Layout 2 (elétrica)
		4. Anexo II: Modelo de Proposta de Preço;
		5. Apêndice C – Composição dos custos dos materiais
		6. Anexo III: Orçamento Estimado em Planilhas.

***5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:***

* 1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados por meio do endereço eletrônico [http://www.comprasgovernamentais.gov.br.](http://www.comprasnet.gov.br/)
		1. Para acesso ao sistema eletrônico, os fornecedores deverão credenciar um representante pelo site [http://www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico;
		2. A aprovação do credenciamento do representante do fornecedor implica na liberação do *login* e senha de acesso ao sistema: [http://www.comprasgovernamentais.gov.br.](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)
		3. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas no endereço: [http://www.comprasgovernamentais.gov.br.](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)
		4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CAU/RJ, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, conforme § 5° artigo 3° do Dec. nº 5.450/05;
		5. O credenciamento do representante vinculado a um licitante junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§6° artigo 3°, do Decreto nº 5.450/05).
	2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
	3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
	4. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
	5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
	6. Só poderão participar desta licitação:
1. Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação elencada no item 12;
	1. Consideram-se Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas à participação no presente certame, aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
		1. Será vedada a participação de licitantes:
2. Que por qualquer motivos estejam declaradas inidôneas para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública;
3. Sob processo de falência ou insolvência civil;
4. Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores;
5. Estrangeiras que não funcionem no País;
6. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, suspensos;
7. Que não se enquadrem na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
8. Que, embora qualificadas como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), incidam em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4° da Lei Complementar n° 123/2006.
	1. A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação das penalidades previstas neste Edital e das demais cominações legais (Acórdão TCU 298/2011 – Plenário).
	2. Não poderão participar empresas em consórcios.

***6. DA PROPOSTA DE PREÇO:***

* 1. A proposta deverá:
		1. Ser elaborada conforme o Anexo II e respectivo apêndice (apêndice “C”), redigida em português, de forma clara, sem emendas ou rasuras, considerando as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos;
		2. Apresentar valores unitários e globais em moeda corrente nacional, em algarismos, com 02 (duas) casas decimais e por extenso. No preço devem estar compreendidas todas as despesas relacionadas com o objeto licitado, livre de qualquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos pertinentes e indispensáveis à perfeita e completa execução do serviço, bem como quaisquer outras decorrentes da Ordem de Fornecimento, todas de exclusiva responsabilidade do proponente, devendo ser equivalente aos praticados no mercado na data da apresentação da Proposta de Preço;
	2. O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
	3. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global anual da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
	4. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
		1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital;
		2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
	5. Fica estabelecido como 60 (sessenta) dias o prazo de validade das Propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão Pública**.** Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
	6. O valor máximo a ser pago por este serviço será R$ 4.964,09

***7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:***

* 1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio [http://www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/).
	2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
	3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

***8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:***

* 1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
		1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

***9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:***

* 1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
	2. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
	3. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
	4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
	5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
	6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.7** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio [http://www.comprasgovernamentais.gov.br.](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)

* 1. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
	2. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

***10. DA NEGOCIAÇÃO:***

* 1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
	2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

***11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:***

* 1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
		1. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.
		2. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
	2. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é o licitante detentor da melhor oferta e este deverá comprovar de imediato sua situação de regularidade, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação e da proposta atualizada com os valores obtidos no Pregão, via anexo solicitado pelo pregoeiro através do sistema do Comprasnet, no prazo de até 02 (duas) horas, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para o seguinte endereço: Av. República do Chile, 230 - 23° andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.
	3. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou determinar preços manifestamente inexequíveis.
	4. Quando necessário, o pregoeiro poderá solicitar ao licitante que demonstre a exequibilidade de seus preços.
	5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site: [http://www.comprasgovernamentais.gov.br.](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)

***12. DA HABILITAÇÃO:***

* 1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.
	2. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
	3. Realizada a habilitação parcial no Sicaf, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no item 5.7, mediante consulta ao:
		1. Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III da Lei nº 8.666/93;
		2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)
	4. As consultas previstas no item 12.3 realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.
	5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sicaf além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:
		1. Habilitação Jurídica
1. Cédula de identidade do representante legal (sócio, diretor ou figura equivalente, desde que comprovado por meio dos atos constitutivos, atas de eleição, etc.), podendo ser apresentado(s) somente o(s) documento(s) daquele(s) representante(s) que assinar(em) os documentos exigidos neste Edital.
	1. Na hipótese de o ato constitutivo exigir a assinatura conjunta de dois ou mais representantes legais para a validade dos atos, deverá ser apresentada a cédula de identidade de todos estes.
2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
3. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (quando houver);
4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
	* 1. Regularidade Fiscal e Trabalhista
6. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa aos tributos que incidem sobre o objeto a ser contratado, e prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ambas comprovadas mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;
9. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante, relativa aos tributos que incidem sobre o objeto a ser contratado, mediante a apresentação de Certidões Negativas de Tributos Estaduais e Municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município;
10. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.
	1. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de qualificação técnica:
12. No mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, nos moldes do artigo 30, inciso II da Lei nº 8.666/93, e cujas atividades sejam pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do Termo de Referência, expedidos por entidades públicas ou privadas;
13. Comprovação de registro da licitante no CREA e/ou no CAU;
14. A empresa deve comprovar ter em sua equipe pelo menos:
	1. 1 (um) engenheiro de telecomunicações, ou engenheiro eletricista registrado no CREA, com cursos ministrados por instituição de ensino reconhecida pelo MEC na área de telecomunicações; ou capacitação em telecomunicações por instituições de ensino e/ou empresas devidamente autorizadas; ou com experiência comprovada em projetos de Rede de Dados e telefonia através de certidão de acervo técnico averbada pelo CREA e ART de Cargo-Função da empresa licitante com registro em carteira; ou ART expedida pelo CREA; OU
	2. 1 (um) arquiteto e urbanista registrado no CAU, com cursos ministrados por instituição de ensino reconhecidas pelo MEC na área de telecomunicações; ou capacitação em telecomunicações por instituições de ensino e/ou empresas devidamente autorizadas; ou com experiência comprovada em projetos de Rede de Dados e telefonia através de certidão de acervo técnico averbada pelo CAU e RRT de Cargo-Função da empresa licitante com registro em carteira; ou RRT expedido pelo CAU.
	3. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de qualificação econômico-financeira:
	4. Os licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no inciso V, item 7 da IN-MARE nº 05/95, deverão comprovar, através de seu Estatuto ou Contrato Social, que possuem capital social registrado ou patrimônio líquido, na forma prevista no artigo 31, §§ 2º e 3º, como exigência imprescindível para sua habilitação.
	5. As pessoas jurídicas enquadradas nas disposições da Instrução Normativa RFB nº 1420 deverão apresentar Escrituração Contábil Digital – ECD, acompanhada do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).
	6. As pessoas jurídicas não enquadradas nas disposições da Instrução Normativa RFB nº 1420 deverão apresentar Balanço Patrimonial assinado pelo representante legal do licitante e por Contabilista legalmente

habilitado, acompanhado do Termo de Abertura e de Encerramento do Livro Diário do qual foi transcrito, devidamente registrados na Junta Comercial ou entidade em que o Balanço foi arquivado.

* 1. Na hipótese de alteração do capital social, após a realização do Balanço Patrimonial, o licitante deverá apresentar documentação de alteração do capital social, devidamente registrada na Junta Comercial, entidade em que o Balanço foi arquivado.
	2. Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,00 e será obtido através da seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| Ativo Circulante |
| **ILC=** |
| Passivo Circulante |

**b)** Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial expedida pelos distribuidores da sede (da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial) expedida no domicílio da pessoa física.

* 1. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.
	2. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses a contar da data de sua expedição.
	3. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas comprovem o seu requerimento.
	4. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
	5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
		1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 12.12, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
		2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para a pequena empresa regularizar sua documentação fiscal, o Pregoeiro deverá suspender a sessão do pregão para o objeto deste Edital e registrar no chat que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site [http://www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

***13. DO VENCEDOR:***

* 1. Verificado o atendimento às condições de habilitação do proponente que ofertou o menor preço, este será declarado vencedor.
	2. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

***14. DA FASE RECURSAL:***

* 1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
	2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
	3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
	4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.
	5. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo administrativo franqueada aos interessados.
	6. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pelo Presidente do CAU/RJ.
	7. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
	8. O recurso terá efeito suspensivo, até que haja o seu julgamento.

***15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:***

* 1. Inexistindo manifestação recursal ou se a mesma for acatada pelo Pregoeiro, deverá este adjudicar o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do CAU/RJ.
	2. Ocorrendo recursos, sem que sejam acatados pelo Pregoeiro, e resolvidos os mesmos, caberá ao Presidente a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, seguindo-se à competente homologação do resultado.
	3. A adjudicação do objeto ou a homologação do resultado desta licitação não obrigam o CAU/RJ à aquisição do objeto licitado.

***16. DA CONTRATAÇÃO:***

* 1. O vencedor do certame será convocado pelo CAU/RJ para, no prazo de até 03 (três dias) úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
	2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Pública.
	3. Por ocasião da assinatura da Ordem de Fornecimento, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação.
	4. Caso o Adjudicante decaia de seu direito à assinatura da Ordem de Fornecimento, o CAU/RJ poderá, nos termos do §2º do artigo 64 da Lei nº 8.666/1993, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições da primeira classificada.
	5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

***17. DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO:***

* 1. Eventuais pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro pelo e-mail administrativo@caurj.gov.br (mencionando no campo assunto o número do pregão) ou pelo site

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) em até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura da Sessão Pública, conforme legislação vigente.

* 1. Eventuais impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro através do endereço eletrônico administrativo@caurj.gov.br (mencionando no campo assunto o número do pregão) ou pelo próprio sistema através do site [www.comprasgovernamentaisgov.br](http://www.comprasgovernamentaisgov.br/) , em até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da Sessão, conforme legislação vigente.
		1. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, estatuto social e procuração, se necessário, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada). Caso a impugnação seja acolhida, ou os esclarecimentos ou providências solicitadas determinem alterações no Edital, será designada nova data para a realização do Pregão.
	2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

***18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:***

**18.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do Código de Despesas n° 6.2.2.1.1.02.01.01.001, identificada pela rubrica Obras e instalações em andamento, destinada ao CAU-RJ para o corrente exercício de 2017.

***19. DAS PENALIDADES:***

* 1. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o CAU/RJ, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, nos seguintes casos:
		1. Cometer fraude fiscal;
		2. Apresentar documento falso;
		3. Fizer declaração falsa;
		4. Comportar-se de modo inidôneo;
		5. Não assinar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido
		6. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
		7. Não mantiver a proposta.
	2. Para os fins da subcondição 20.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
	3. A adjudicatária estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, pela recusa da assinatura ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.
	4. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.
		1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Presidência do CAU/RJ.
		2. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
	5. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do apenado. Não havendo pagamento, o valor será cobrado pelos meios legalmente cabíveis.
	6. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
1. comprovação, pela Contratada, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; e/ou
2. manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao CAU/RJ.

***20. DAS CONDIÇÕES GERAIS:***

* 1. O Proponente concordará, ao assinar a Ordem de Fornecimento, com a ética profissional adotada pelo CAU/RJ quanto à postura, capacitação, representação da instituição e execução dos trabalhos dos profissionais.
	2. O Proponente deverá manter sob sigilo as informações prestadas pelo CAU/RJ, visando ao bom andamento dos serviços.
	3. O CAU/RJ, na defesa do interesse público e de acordo com a Legislação vigente (em especial o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93), reserva-se ao direito de anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.
	4. O Pregoeiro e a equipe de apoio reservam-se ao direito de solicitar esclarecimentos complementares que se fizerem necessários para uma perfeita apreciação e julgamento das propostas.
	5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
	6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e a equipe de apoio do CAU/RJ.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2017.

Leticia Pinheiro Fernandes Pregoeiro

# DO OBJETO:

**ANEXO I**

# Termo de Referência

* 1. A contratação de **MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) especializada na prestação do serviço de remanejamento de cabeamento de rede e elétrica**, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

# DA JUSTIFICATIVA:

**2.1 A contratação de MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) especializada na prestação do serviço de remanejamento de cabeamento de rede e elétrica** visa adequar a distribuição de pontos de rede e elétrica ao novo layout do andar.

# DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

* 1. **Materiais que poderão ser utilizados no remanejamento de rede:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Lista Material** | **Quantidade estimada -material** | **Unidade de medida** |
| Conector macho RJ45 | 50 | Unid. |
| Acessórios de fixação e acabamento | Suficiente para fixação |

* + 1. Pontos a serem remanejados: 20, conforme planta em anexo (PT 08 ; PT 09; PT 10; PT 11; PT 23; PT 24; PT 25; PT 26; PT 27; PT 28; PT 29; PT 45; PT 83; PT 84; PT 102; PT 103; PT130; PT 143; PT 149; PT 150)

# Materiais que poderão ser utilizados no remanejamento da parte elétrica:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Lista Material** | **Quantidade estimada - material** | **Unidade de medida** |
| Cabo elétrico 2,5 mm | 650 | Metros |
| Espelho 4x2 elétrica 2 saídas com tomada | 19 | Unid. |
| Espelho 4x2 rede 2 saídas com tomada | 19 | Unid. |
| Disjuntor monofásico de 20 amperes | 03 | Unid. |
| Interruptor | 03 | Unid. |
| Acessórios de fixação e acabamento | Suficiente para fixação |

* + 1. Pontos a serem remanejados: 9 (T1 a T9) – ver planta anexa.
		2. Pontos novos a serem instalados – tomadas simples 127V: 4 (TN1 a TN4) – ver planta anexa.
		3. Desmembramento de circuitos de iluminação: 3, com instalações de 3 novos interruptores – ver planta anexa (trechos hachurados)
	1. Por se tratar de mera estimativa de gastos, a quantidade acima não contitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para o CAU/RJ, razão pela qual não poderá ser exigida nem considerada como quantidade para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CAU/RJ, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.
		1. Na hipótese de o quantitativo constante deste Termo de Referência ser ultrapassado, deverá ser mantido o valor unitário por material / mão de obra, obtido na fase de julgamento das propostas de preços e constante da Ordem de Fornecimento firmado entre as partes.

# DO LOCAL E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

* 1. Prazo para o **início da prestação dos serviços** será **de até 1 (um) dia após a assinatura da Ordem de Fornecimento.**
	2. Prazo de execução: **máximo de 05 (cinco) dias corridos**.
	3. Os serviços serão executados na nova sede do Conselho, localizada na Avenida República do Chile, nº 230, 23º andar, Centro do Rio de Janeiro, incluindo finais de semana, das 08:00 às 18:00hs, com emprego de pessoal, equipamento e material suficientes à eficiente execução do Termo de Referência.
	4. Nenhum serviço poderá ser executado sem a prévia autorização do CAU/RJ.
		1. Se a Contratada deixar de prestar os serviços no prazo e condições estabelecidos, sem justificativa por escrito e aceita pelo CAU/RJ, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente, pelo Edital, Termo de Referência e seus Anexos.
		2. A Administração rejeitará o serviço a ser prestado, caso executados em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.
		3. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilatação do prazo de prestação, salvo expressa concordância da Contratada.
	5. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão encaminhadas por correio eletrônico (*e- mail*).

# DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

* 1. O Fiscal designado pelo CAU/RJ atestará a prestação dos serviços nas condições exigidas neste Termo de Referência, constituindo tal atestado requisito para a liberação dos pagamentos à Contratada.
		1. O objeto Termo de Referência deverá ser cobrado, quando de sua execução, após a prestação dos serviços.
	2. A nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada pela Contratada ao CAU/RJ no prazo de até 10 dias da data de sua emissão.
	3. A Contratada deverá apresentar juntamente com as Notas Fiscais os seguintes documentos:
1. Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), comprovada mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;
3. Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
	1. O CAU/RJ efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto na Lei Federal no 9.430/96 e Instrução Normativa SRF no 1234/2012.
	2. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previsto na Lei Federal no 9.430/96, Instrução Normativa SRF no 1234/2012 e seu anexo.
	3. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 30 dias a contar da data da emissão da nota fiscal/fatura após a prestação dos serviços desde que atestada pelo servidor, que não o ordenador de despesas, designado para a fiscalização do processo, observadas as condições legais e as condições impostas nesta Cláusula.
	4. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem 5.6, que recomeçará a ser contado integralmente a partir de sua reapresentação.
	5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004 (substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB n° 791, de 10 de dezembro de 2007). Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução. Quando a empresa for optante do SIMPLES, esta informação deverá constar na Nota Fiscal.
	6. O serviço será pago após a realização do evento e depois do atesto final da Nota Fiscal pelo fiscal do processo.
	7. No preço cotado já deverão estar incluídos: impostos, contribuições, taxas, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes.

# DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas com a execução do presente Termo de Referência correrão à conta da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.01.001, identificada pela rubrica *Obras e instalações em andamento*, destinada ao CAU-RJ para o corrente exercício de 2017.

# DA VIGÊNCIA

* 1. A Ordem de fornecimento terá por vigência o prazo de 02 (dois) meses, contados da data de sua assinatura, condicionada a sua eficácia à publicação resumida, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.
		1. O prazo de vigência não limita as responsabilidades pré e pós-contratos das partes, nos termos da legislação civil.
	2. A contratação poderá ser rescindida unilateralmente pelo CAU/RJ antes do término de sua vigência caso o contratado não execute o serviço em sua plenitude.

# DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

* 1. O Contratante obrigar-se-á a:
1. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
2. Fornecer à Contratada documentos, informações e demais elementos que possuir ligados ao presente Termo de Referência;
3. Exercer, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização deste Termo de Referência, na forma da Cláusula 10;
4. Receber os serviços objeto do Edital, nas formas definidas;
5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

# DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* 1. São obrigações da Contratada:
1. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho, bem como aos servidores do CAU/RJ e a terceiros;
2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência do CAU/RJ;
3. Manter durante a execução do Termo de Referência todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4. Providenciar o afastamento imediato das dependências da sede do Contratante de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pelo CAU/RJ;
5. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto deste Termo de Referência;
6. Indicar o preposto que será encarregado da interface com a Contratante;
7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da prestação de serviço, caso se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais e peças utilizados;
8. Supervisionar e fiscalizar o serviço.

# DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

* 1. A execução do Termo de Referência será acompanhada e fiscalizada por profissional designado em ato próprio como Fiscal.
		1. O servidor designado para acompanhar e fiscalizar o presente Termo de Referência deverá fazê-lo sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

# DA ALTERAÇÃO

* 1. A presente contratação poderá ser alterada, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

# DA RESCISÃO

* 1. A contratação poderá ser rescindida por ato unilateral do Contratante, pela inexecução total ou parcial das Cláusulas e condições descritas neste Termo de Referência e no Edital, sem que caiba à Contratada direito a indenizações de qualquer espécie com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8.666/93, bem como pelos motivos relacionados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal.
		1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no parágrafo único do art. 78 da Lei nº 8666/93.

# DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

* 1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

# DAS PENALIDADES

* 1. A Contratada poderá ficar impedida de licitar e contratar com o CAU/RJ pelo prazo de até cinco (5) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais penalidades legais, sendo garantido o direito à ampla defesa, se:
		1. Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
		2. Apresentar documentação falsa;
		3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
		4. Não mantiver a proposta;
		5. Falhar ou fraudar na execução do Termo de Referência;
		6. Comportar-se de modo inidôneo;
		7. Fizer declaração falsa;
		8. Cometer fraude fiscal.
	2. A Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das obrigações contidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Termo de Referência pelo Contratante e das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
		1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
		2. Multa administrativa, aplicada a critério do Contratante, atendendo à gravidade da infração até o valor máximo de 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Fornecimento em seu total.
			1. A multa administrativa prevista no item 15.2.2 não tem caráter compensatório, não eximindo a Contratada do pagamento ao Contratante pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
	3. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação de outras, quando cabíveis.
	4. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.
		1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Presidência do CAU/RJ.
	5. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
	6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do apenado. A critério do CAU/RJ e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a Contratada tenha a receber em razão do Termo de Referência. Não havendo pagamento, o valor será cobrado pelos meios legalmente cabíveis.
	7. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
1. comprovação, pela Contratada, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento; e/ou
2. manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao CAU/RJ.

# DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

* 1. Caso o Contratante tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a Contratada ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 2% (dois por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 10% (dez por cento) sobre o valor em litígio.

# DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

* 1. A presente contratação não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do Contratante, o que deverá ser feito por escrito, sob pena de imediata rescisão.

# DA PUBLICAÇÃO

* 1. Após a assinatura, deverá a presente contratação ser publicada, em extrato, no Diário Oficial da União, correndo os encargos por conta da Contratante, nos termos do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

# DO FORO COMPETENTE

* 1. O Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Justiça Federal, salvo questões de competência da Justiça especializada) é o competente para ação que resulte ou possa resultar do disposto neste Termo de Referência.

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. A Contratada deverá manter sob sigilo as informações prestadas pelo Contratante, visando ao bom andamento dos serviços.
	2. A tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente Termo de Referência não será considerada como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente Edital assegurem às partes.
	3. A Contratada concordará, ao assinar a Ordem de Fornecimento de prestação de serviços, com a ética profissional adotada pelo CAU/RJ quanto à postura, capacitação, representação da instituição e execução dos trabalhos dos profissionais.

Rio de Janeiro, de 20 de julho de 2017.

# Rodrigo Abbade

Gerente de fiscalização Interino Arquiteto e Urbanista

CAU/RJ

FINANCEIRO

Apêndice A - REDE

GERENTE FINANCEIRO

GERENTE ADM

PT102 PT103

ATENDIMENTO

(h=30cm)

TÉCNICA FISCALIZAÇÃO

GERENTE GERAL

.25

2.03

1/2

PT08 PT09 PT10 PT11

COM.

PT149 (TETO)

1.06

ADM

PT29

h=30cm

CPD

PT 45 (h=30cm)

PT 150 (h=1,20m)

1/2

PT 45

PT 150 (TETO)

PT102 PT103

TELE ATEND

GERENTE TÉCNICA

PT83 PT84

1.02

h=30cm

GERENTE DE FISCALIZAÇÃO

JURÍDICO

JURÍDICO

REFEITÓRIO

PT149 (TETO)

PT23 PT24 PT25 PT26 PT27 PT28

PT23 PT24 PT25 PT26 PT27 PT28

h=30cm PT29

AUDITORIA

PT08 PT09 PT10 PT11

1.50

PT83 PT84

COPA

ESCANINHOS

SANIT. FEMININO

SANIT. MASCULINO

C. MAQ.

HALL ELEVADORES

Área = 27,50m²

CAFÉ

SANIT. MASCULINO

ARQUIVO

SANIT. FEMININO

ARMARIO

FOYER / EXPOSIÇÕES / EVENTOS

PT143

.20

TREINAMENTO

COMISSÕES

CEP

TV

CED

PLENÁRIO

BIBLIOTECA

PT130

(piso)

PT130

(piso)

PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA PRESIDÊNCIA

CHEFE GABINETE

SECRETARIA MESA

DIRETORIA

CONVIVÊNCIA

2.23

PT143

FINANCEIRO

GERENTE FINANCEIRO

GERENTE ADM

T2

h=30cm

ATENDIMENTO

TÉCNICA FISCALIZAÇÃO

GERENTE GERAL

DESMEMBRAR CIRCUITO DE ILUMINAÇÃO

2.03

TN1

(h=30cm)

COM.

DESMEMBRAR CIRCUITO DE ILUMINAÇÃO

.25

T8 (TETO)

ADM

1.06

T6

S3

(h=1,00m)

(h=30cm)

CPD

T5 (TETO)

T5 T4

(TETO) T3

T2

T4 (h=1,20m)

TELE ATEND

GERENTE TÉCNICA

1/2

1.02

T1

h=30cm

GERENTE DE FISCALIZAÇÃO

Apêndice B - ELÉTRICA

JURÍDICO

JURÍDICO

T8 (TETO)

S2 (h=1,00m) T7

T7 T6

(h=30cm)

1.50

T3

(h-30cm)

.21

1/2

S1

(H=1,00m) T1

AUDITORIA

DESMEMBRAR CIRCUITO DE ILUMINAÇÃO

COPA

ESCANINHOS

SANIT. FEMININO

SANIT. MASCULINO

C. MAQ.

HALL ELEVADORES

Área = 27,50m²

CAFÉ

SANIT. MASCULINO

ARQUIVO

SANIT. FEMININO

ARMARIO

FOYER / EXPOSIÇÕES / EVENTOS

TN3

.20

(h=30cm)

TREINAMENTO

CEP

CED

COMISSÕES

TV

TN2 (TETO)

PLENÁRIO

BIBLIOTECA

T9

(piso)

T9

(piso)

PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA PRESIDÊNCIA

CHEFE GABINETE

SECRETARIA MESA

DIRETORIA

CONVIVÊNCIA

2.23

TN4 (TETO)

# ANEXO II

**Modelo de Proposta de Preços**

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2017.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Itens** | **Descrição** | **Valor Total** |
| 1 | **Prestação de serviços de remanejamento de cabeamento de rede e elétrica** |  |

1. Valor total: R$ (valor por extenso).
	1. O percentual de redução obtido após a fase de lances será aplicado para cada um dos valores unitários apresentados na Proposta de Preços, para fins de contratação.
2. A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a qual será contada a partir da data da Sessão Pública. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
3. Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computadas todas as despesas relacionadas com o objeto licitado, livre de qualquer ônus para a Administração Pública, tais como impostos pertinentes e indispensáveis à perfeita e completa execução do serviço, bem como quaisquer outras decorrentes da Ordem de Fornecimento, todas de exclusiva responsabilidade da Proponente, devendo ser equivalente aos praticados no mercado na data da apresentação da proposta.

**APÊNDICE C – COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DOS MATERIAIS**

* 1. **Cabeamento de rede**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lista Material** | **Quantidade estimada** | **Unidade de medida** | **Valor****Unitário (material)** | **Valor Total (material)** |
| Conector macho RJ45 | 50 | Unid. |  |  |
| Acessórios de fixação e acabamento | Suficiente para fixação |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |

* 1. **Cabeamento para elétrica.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lista Material** | **Quantidade estimada** | **Unidade de medida** | **Valor****Unitário (material)** | **Valor Total (material)** |
| Cabo elétrico 2,5 mm | 650 | Metros |  |  |
| Espelho 4x2 elétrica 2 saídas com tomada | 19 | Unid. |  |  |
| Espelho 4x2 rede 2 saídas com tomada | 19 | Unid. |  |  |
| Disjuntor monofásico de 20 amperes | 03 | Unid. |  |  |
| Interruptor | 03 | Unid. |  |  |
| Acessórios de fixação e acabamento | Suficiente para fixação |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |



**ANEXO III**

# ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS

**Objeto:** A contratação de MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

especializada na prestação do serviço de remanejamento de cabeamento de rede e elétrica, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | Pessoa Jurídica I | Pessoa Jurídica II | Pessoa Jurídica III | Pessoa Jurídica IV |
| Serviço e remanejamento de cabeamento de rede e elétrica | R$ 2.801,15 | R$ 4.400,00 | R$ 6.101,69 | R$ 6.553,50 |
| **VALOR MÉDIO** | **R$ 4.964,09** |

* Valor Total Pessoa Jurídica I: R$ 2.801,15
* Valor Total Pessoa Jurídica II: R$ 4.400,00
* Valor Total Pessoa Jurídica III: R$ 6.101,69
* Valor Total Pessoa Jurídica IV: R$ 6.553,50

# Valor Médio Total: R$ 4.964,09

* **Valor Máximo a se pagar para este objeto: R$ 4.964,09 (Quatro mil, novecentos e sessenta e quatro e nove centavos)**